



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE  
JOAQUIM VENÂNCIO

Nathan Cavalcante Campelo

Empreendedorismo no Brasil: oportunidade ou falácia?

Rio de Janeiro

2024

Nathan Cavalcante Campelo

Empreendedorismo no Brasil: oportunidade ou falácia?

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Biotecnologia.

Orientador: Antonio José Marinho Ribeiro.

Coorientador: André Vianna Dantas.

Rio de Janeiro

2024

Nathan Cavalcante Campelo

Empreendedorismo no Brasil: oportunidade ou falácia?

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Biotecnologia.

Aprovado em \_\_/\_\_/\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Antonio José Marinho Ribeiro - Orientador  
EPSJV/FIOCRUZ

---

Prof. Dr. André Vianna Dantas - Coorientador  
EPSJV/FIOCRUZ

---

Prof. Me Gilberto Estrela Santiago - Examinador  
EPSJV/FIOCRUZ

---

Prof. Me Marcus Vinicius Monteiro Pedroza Machado - examinador  
EPSJV/FIOCRUZ

RIO DE JANEIRO

2024

*Dedico esse trabalho à Deus e aos meus pais  
pela dedicação na minha criação.*

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer aos meus orientadores, Prof. Dr. Antonio José marinho Ribeiro e o Prof. Dr. André Vianna Dantas, por me apoiarem na construção deste trabalho, dedicando seus horários na condução das orientações pedagógicas durante o desenvolvimento deste estudo, o qual tem grande relevância para minha formação no curso de biotecnologia da EPSJV/FIOCRUZ.

Agradeço também aos meus amigos mais próximos, que me apoiaram e acreditaram no desenvolvimento do trabalho e no meu crescimento formativo.

Agradeço aos meus pais e irmãs, que me incentivaram a cada dia para eu melhorar como indivíduo dentro de uma sociedade desigual e com tantas diversidades.

Finalmente agradeço a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz e ao departamento de associação jurídica de propriedade intelectual de Bio-Manguinhos/Fiocruz, que me proporcionaram assimilar conhecimentos dentro do escopo do curso, bem como a oportunidade de apropriação de saberes que me fizeram melhorar minha visão de mundo e concluir esta monografia como parte da minha formação de técnico em biotecnologia.

## RESUMO

Na busca por entender a relação conturbada entre capital e trabalho, onde o empreendedorismo tem sua disseminação pautada em uma ideologia neoliberal, diante de um discurso capitalista que afirma transformar os trabalhadores em empresários de sucesso. O presente trabalho teve como objetivo identificar e analisar a influência do empreendedorismo no contexto econômico e social brasileiro. Os resultados encontrados revelaram que o discurso sobre empreendedorismo surge como possibilidade de autonomia e aumento de renda para mascarar o desemprego, como se fosse uma ação transformadora das condições sociais. Foi possível detectar que além disso, no ano de 2017 passou-se a vigorar a lei 13.467/17, referente à reforma trabalhista que instituiu entre outros pontos o trabalho intermitente e impactou na desconstrução de direitos, ocasionando aumento do desemprego, nesse contexto o empreendedorismo por necessidade surge como suposta alternativa em detrimento da proteção social atrelada ao assalariamento, fato ocorrido também durante e após o período da pandemia por Covid-19.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo no Brasil, desemprego e empregabilidade.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MEI - Microempreendedor Individual

PIB - Produto Interno Bruto

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

PEC - Programa de Estímulo ao Crédito

PRONAMPE - Programa Nacional de Apoio as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

PNAD continua - Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Continua

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

GEM = Global *Enterpreneruship* Monitor.

# Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. JUSTIFICATIVA .....	11
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	12
3.1 Conceitos .....	12
3.1.1 Empreendedorismo por necessidade .....	12
3.1.2 Empreendedorismo por oportunidade .....	12
3.1.3 Empregabilidade.....	13
3.1.4 Renda.....	13
3.2 Empreendedorismo no brasil.....	13
4. OBJETIVOS.....	15
4.1 Objetivo Geral: .....	15
4.2 Objetivos Específicos: .....	15
5. METODOLOGIA.....	15
6. CAPÍTULO I.....	16
A origem do empreendedorismo, a ideologia no cenário neoliberal e políticas de fomento ao empreendedorismo no Brasil.....	16
7. CAPÍTULO II.....	20
Impactos do empreendedorismo na empregabilidade e na renda da sociedade brasileira.....	20
O discurso empreendedor no Brasil e as reforma trabalhista de 2017 .....	23
8. Capítulo III .....	24
Empreendedorismo no Brasil em tempos de Pandemia por Covid 19 .....	24
9. Considerações finais.....	25
10. REFERÊNCIAS .....	28

## 1. INTRODUÇÃO

De acordo com Souza (2020), no ano de 1725, o termo empreendedorismo se originou da palavra francesa *entrepreneur*, cujo significado pode ser resumido na seguinte expressão: “aquele que assume riscos e começa algo novo”.

Em relação à ótica social, o trabalho do empreendedor é uma atividade muito antiga em decorrência do comércio na sociedade e o intercâmbio comercial entre os povos. (Penteado e Cruz Junior, 2020).

No Brasil, as pesquisas sobre Empreendedorismo passaram a ser elaboradas de forma mais organizada, mas no final da década de noventa e com maior predomínio de estudos sobre comportamento empreendedor, e possivelmente novos rumos, (De Mello et al, 2010).

A literatura nacional quanto ao tema empreendedorismo vai ao encontro de estudos internacionais com publicações que abordam mais o indivíduo-oportunidade (Silva, 2020).

Desta forma, se abriu uma lacuna para novos estudos que procurem desvendar e ou esclarecer o papel do empreendedorismo na sociedade, seja com entendimento de crescimento econômico e social, seja como uma prática de desmantelamento da organização sindical e da classe trabalhadora em busca de direitos sociais e trabalhistas.

De acordo com Portal Sebrae (2023), no Brasil existem muitos micros e pequenos empreendedores que fomentam a economia, só no ano de 2022, micro e pequenos empreendedores fizeram circular na economia R\$ 35 bilhões por mês, totalizando R\$ 420 bilhões por ano.

Já o empreendedorismo globalizado ao longo dos anos cresceu significativamente devido a determinadas ações que procuram apoiar empreendedores, por exemplo, as incubadoras de empresas realizadas nas Universidades, espaços para fomentar o desenvolvimento tecnológico, subsídios governamentais para o surgimento de novas empresas, desburocratização e crédito direcionado para firmas de médio e pequeno porte. (Dornelas (2011); Silva e Silva (2019)).

Assim, o discurso capitalista afirma transformar trabalhadores em empresários de sucesso, afirmando que o empreendedorismo é a oportunidade de transformação de vida do indivíduo.

Entretanto no território brasileiro, ainda é grande o número de empresas que não conseguem sobreviver. “No Brasil, cerca de 40% das empresas encerram suas atividades antes de completar cinco anos, com os MEIs apresentando a maior taxa de mortalidade.” (Portal Sebrae, 2024).

(...) onde 30,2% fecharam as portas em cinco anos. Na sequência, aparecem indústria de transformação (com 27,3%) e serviços (com 26,6%). As menores taxas de mortalidade estão na indústria extrativa (14,3%) e na agropecuária (18%). (...) Minas Gerais é o estado com a maior taxa de mortalidade (30%). O Distrito Federal, Rondônia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina apresentaram índice de 29%. Amazonas e Piauí foram os que apresentaram as menores taxas de mortalidade (22%), seguidos pelo Amapá, Maranhão e Rio de Janeiro (23%) (Sebrae, 2023, p. 1).

Sendo assim, o presente trabalho realiza uma análise da influência do empreendedorismo no contexto econômico e social brasileiro, procurando demonstrar dentro da realidade brasileira, se o empreendedorismo é uma oportunidade ou uma falácia. Já que no território brasileiro o índice de mortalidade empresarial é considerável, onde esses negócios fecham precocemente.

Os MEIs têm a maior taxa de mortalidade entre os Pequenos Negócios, 29% fecham após 5 anos de atividade. Já as MEs têm taxa de mortalidade intermediária entre os Pequenos Negócios, 21,6% fecham após 5 anos de atividade. As EPPs têm a menor taxa de mortalidade entre os Pequenos Negócios, 17% fecham após 5 anos de atividade (SEBRAE,2023, p 1).

Desta forma, o estudo procurou entender a relação conturbada entre capital e trabalho, procurando esclarecer no contexto brasileiro variáveis que possivelmente fomentam o empreendedorismo no Brasil, que de acordo com discurso capitalista aparece como “tabua de salvação” para o desempregado, contudo pode vir a ser um dos motivos para redução de direitos trabalhistas e aumento das desigualdades sociais.

Sendo assim, a monografia se divide da seguinte forma: introdução, justificativa, fundamentação teórica, objetivos, metodologia, o primeiro capítulo sobre a origem do empreendedorismo, a ideologia no cenário neoliberal e políticas de fomento ao empreendedorismo no Brasil, o segundo capítulo a respeito dos impactos do empreendedorismo na empregabilidade e na renda da sociedade brasileira, o terceiro capítulo versa sobre o empreendedorismo no Brasil em tempos de pandemia por Covid 19 e as considerações finais.

## 2. JUSTIFICATIVA

O empreendedorismo é usado como forma central para explorar o trabalhador nas sociedades do século XXI, sendo objeto de vários estudos e pesquisas, os quais procuram diferentes formas de enquadrar o tema de acordo com as diversas atuações empreendedoras (Amorim e Grohmann, 2021).

Entretanto, o economista e cientista político austríaco Joseph Schumpeter afirma que a economia tende a se portar de forma estática, seguindo um sentido circular, colocando o empreendedor como protagonista por dar dinamicidade aos processos inerentes a economia ao realizar rupturas descontínuas e destruições criativas, assim fomenta o desenvolvimento econômico. Ações decorrentes de uma iniciativa da inserção no mercado de um novo bem-produzido, surgindo novos nichos de produção, dando abertura para novas áreas de mercado de trabalho, da busca e exploração de novas matérias-primas ou estabelecendo uma nova organização de indústria (Amorim et al., 2021).

Sendo assim, o empreendedorismo atua em duas vertentes. A primeira seria o empreendedorismo com foco nos princípios ideológicos, baseado na disseminação de um linguajar próprio dominante e que procura persuadir a classe trabalhadora. Isso ocorre em decorrência da adoção de um novo dialeto empresarial agregando palavras, a exemplo de: “colaboradores”, “proatividade”, “inovação”, “criatividade” e “resiliência”, que busca ressignificar a relação que os trabalhadores têm com seu trabalho (Amorim et al. 2021).

Em outra vertente, cabe enfatizar que o empreendedorismo se caracteriza por ser um modelo gerencialista que atua sobre a produção da classe trabalhadora, um modelo que não resulta das escolhas dos próprios trabalhadores, mas são inerentes ao modelo organizativo e produtivo que se mostra através do autocontrole, autoeficiência e autoeficácia, isto é, por um processo que se externaliza das responsabilidades empresariais e que transferem parte dos riscos e custo de produção para os próprios trabalhadores (Amorim e Grohmann, 2021)

Sendo assim, o projeto se justifica por apresentar uma análise sobre um posicionamento da literatura especializada, no que tange ao conceito de empreendedorismo, quanto a maximização do lucro para os empresários em detrimento dos direitos trabalhistas e empreendedores oriundos das altas taxas de desemprego no Brasil.

Portanto, o estudo tem o intuito de servir de guia para futuras pesquisas na área de gestão de negócios, questões sociais e econômicas que emergem dos processos ligados à evolução do processo empreendedor, bem como levar informações sobre o assunto aqui estudado ao maior número de leitores possíveis.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

#### **3.1 Conceitos**

No desenvolvimento deste tópico apresentam-se conceitos sobre empreender por necessidade, empreender por oportunidade, empregabilidade e renda.

##### **3.1.1 Empreendedorismo por necessidade**

A forma conhecida tecnicamente por empreendedorismo por necessidade pode ser compreendida no exemplo de um indivíduo que escolhe empreender por falta de opções de empregos qualificados e salários justos e escolhe empreender na busca pela obtenção de renda para as necessidades básicas sem os conhecimentos técnicos necessários para um negócio de sucesso.

Países com baixo PIB per capita, pouco dinâmicos e onde a oferta de empregos assalariados é incipiente tendem a apresentar uma elevada taxa de empreendedorismo inicial por necessidade (Moraes, 2017, p. 1).

##### **3.1.2 Empreendedorismo por oportunidade**

Já o empreendedorismo por oportunidade é tecnicamente conhecido por um empreendedor que estuda novos nichos de mercado ou nichos de mercado pouco ou mal explorados, identificando assim uma oportunidade viável e rentável de negócio. Estas oportunidades geralmente são identificadas baseadas em pesquisas mercadológicas, estudos de viabilidade econômica e financeira por profissionais capacitados em gestão empresarial.

(...)Nos países com mercados internos diversificados e dinâmicos, onde a oferta de empregos assalariados é expressiva ou que contam com uma rede de proteção social (seguro-desemprego, sistema de previdência social etc.) fortemente estruturada e com maior potencial de inovação de bens e serviços tendem a apresentar taxas de empreendedorismo inicial por oportunidade relativamente mais altas (Moraes, 2017, p. 1).

### **3.1.3 Empregabilidade**

A empregabilidade é quando o trabalhador tem a capacidade de agregar saberes e conhecimentos em busca de melhores oportunidades de trabalho, através de sua experiência, competências técnicas e comportamentais adquiridas ao longo de sua trajetória profissional.

Entretanto, segundo (Martins, 2014, p. 231) “hoje o empresário já não pode mais garantir emprego, cabe-lhe proporcionar, portanto, a empregabilidade, isto é, a capacitar seus empregados para novas necessidades internas e externas que surgirão no futuro”.

### **3.1.4 Renda**

Em conformidade com a economia clássica, o conceito de renda está relacionado a remuneração dos fatores de produção, assim definidos: Pagamento pelo trabalho prestado por um indivíduo, ou seja, o salário (remuneração do fator trabalho), rendimento oriundos de aluguéis (remuneração do fator terra) e rendimentos relacionados ao recebimento de juros por aplicações financeiras e lucros relativos à produção e/ou venda de bens e serviços (remuneração do capital).

## **3.2 Empreendedorismo no Brasil**

“No Brasil, as pesquisas sobre Empreendedorismo passaram a ser realizadas de maneira sistemática no final da década de noventa” (De Mello et al., 2010, p. 2).

Desta forma, foi possível identificar um estudo compreendido entre 2002 e 2016, onde é demonstrado que 70,0% dos empreendedores brasileiros não possuem empregados, informação que demonstra que a grande parte dos empreendimentos estabelecidos no país é estruturada por

trabalhadores autônomos, mas com parte significativa de inserção de obra informal nesses estabelecimentos. (Da Silva, 2019)

Estudos também revelaram que no Brasil, o indivíduo que empreende segue a tradição de imitar o conceito de inovação, assim por desconhecimento assume um risco considerável relativo e a decisão é tomada quando faz a opção de trabalhar em mercados já saturados e com isso a concorrência se limita aos valores dos serviços ou produtos e não leva em conta a importância da disputa com base em bens ou ofertas de serviços diferenciados. (Mocelin et al., 2017)

Pesquisas também identificaram que o Brasil alcançou, mesmo diante das crises econômicas, um crescimento quanto ao surgimento de novos empreendimentos, ultrapassando a dificuldade que os empreendedores tinham em relação a obtenção de créditos e acesso ao conhecimento através de capacitações, o que consequentemente podem melhorar gestão do negócio. (Monteiro, 2022)

Entretanto, a taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas se mostra elevada e muitos desses empreendedores foram trabalhadores demitidos ou que se demitiram em busca de um sonho por acreditar que o cenário empreendedor se configura basicamente por oportunidades, ou baseados em discursos de “*coaches*” motivacionais, possivelmente estes empreendedores investem a indenização trabalhista adentrando em nichos de mercado desconhecidos, níveis de concorrência elevados e sem conhecimento acadêmico de gestão empresarial.

Segundo a pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM) que é realizada desde 2002 em vários países do mundo, no Brasil em 2019 cerca de 88% dos empreendedores iniciais concordaram com a opção de resposta de que a motivação para empreender era para ganhar a vida porque os empregos estão escassos (Nakagawa, 2021, p. 1)

## **4. OBJETIVOS**

### **4.1 Objetivo Geral:**

- ✓ Analisar os impactos do empreendedorismo na empregabilidade e na renda da sociedade brasileira.

### **4.2 Objetivos Específicos:**

- ✓ Buscar estudos teóricos sobre a ideologia do empreendedorismo no cenário neoliberal;
- ✓ Identificar políticas de fomento ao empreendedorismo no Brasil;
- ✓ Identificar os impactos do empreendedorismo na empregabilidade e na renda da sociedade brasileira

## **5. METODOLOGIA**

O estudo proposto tem caráter qualitativo, tendo como procedimentos metodológicos, o levantamento bibliográfico e documental em Periódicos CAPES, na base de dados Scielo e Google Acadêmico, Portal do Empreendedor, Portal do SEBRAE e sites governamentais.

O levantamento bibliográfico teve os seguintes descritores: Empreendedorismo e a ideologia Neoliberal no Brasil”; “Empreendedorismo e sociedade”; “Empreendedorismo e economia”; “Empreendedorismo e impactos sociais no Brasil”; “Empreendedorismo e impactos econômicos no Brasil”; “Empreendedorismo e Renda”, “Empreendedorismo e desemprego no Brasil”, “O Fomento e as Políticas sobre o empreendedorismo no Brasil” e “Empreendedorismo e Empregabilidade”.

Com vistas a contemplar a perspectiva crítica em relação à temática, o estudo procurou analisar como o desemprego é benéfico para o empresário, já que o empresário pode usar a situação de necessidade dos desempregados para baratear os salários, assim podendo maximizar o lucro e formar riqueza, a qual fica concentrada na mão dos capitalistas.

A metodologia escolhida permitiu analisar as publicações selecionadas, bem como tecer as considerações para responder à questão norteadora proposta.

## 6. CAPÍTULO I

### **A origem do empreendedorismo, a ideologia no cenário neoliberal e políticas de fomento ao empreendedorismo no Brasil**

Segundo abordagem estrutural marxista, o neoliberalismo é definido como estratégia política que visa reforçar uma hegemonia de classe e expandi-la globalmente, marcando o novo estágio do capitalismo que surgiu na esteira da crise estrutural da década de 1970 (Andrade, 2019, p. 221).

Sendo assim, pode se dizer que desde os primórdios da década de 1970, têm-se presenciado intensas transformações na economia mundial que influenciaram o contexto das relações trabalhistas de forma significativa, com redução de postos de trabalho, desaparecimento de outros tantos, o trabalho perdendo suas regulamentações, o trabalhador tendo seus direitos reduzidos ou excluídos, apelo as atividades mais individualizadas e nem todas regulamentadas, as quais são prováveis consequências da flexibilização imposta por políticas neoliberais que têm como resultado uma reestruturação dos meios de produção, porém marcados pela precarização do trabalho (Oliveira, 2016).

Neste cenário, o empreendedorismo balizado na ideologia do neoliberalismo, adentrou no Brasil no decorrer dos anos 90, através do SEBRAE com a oferta de programas de capacitação interagindo com empresas estatais e organizações não governamentais, quando vira um tipo de “modismo”. (Junior e Nogueira, 2021).

Sendo assim, a racionalidade neoliberal começa a pautar os discursos sobre o empreendedorismo, aguçando a competitividade entre os indivíduos, bem como ao fomento do trabalho mais individualizado, dentre outras características mercadológicas, com a promessa de atingir êxito nas atividades empreendedoras, escondendo muitas vezes a precarização e a flexibilização das atividades laborais. (Carmo et al, 2021).

O sistema capitalista tem a necessidade de se renovar constantemente e o faz por meio de ideologias que lhe conferem sentido. Essas ideologias sustentam o chamado “espírito do capitalismo”, conjunto de crenças que contribuem para justificar e sustentar a ordem capitalista, legitimando ações e estilos de vida coerentes com ela. O capitalismo é indissociável da história de suas metamorfoses, de seus descarrilamentos, das lutas que o transformam, das estratégias que o renovam. (Carmo et al, 2021, p. 22).

Desta forma, têm-se notado que neste cenário o discurso neoliberal faz parte da incumbência central da ideologia do empreendedorismo, contudo não tem sua centralidade focada exclusivamente no incentivo de cada indivíduo para a atividade empreendedora, primeiramente este discurso procura em cada indivíduo características endereçadas à ideologia de uma sociedade capitalista, mais particularmente ao modelo neoliberal, o qual intensifica as desigualdades sociais, o desemprego e o subemprego, a fragilidade social e a pobreza (Finguermann et al, 2023).

Neste contexto, cabe citar Ferraz (2022) que buscou demonstrar que “o capitalismo e a emancipação humana” são opostos, visto que não existe capitalismo sem arbitrariedade, dado que a luta seja liderada por grupos sociais e se disfarçam na condução individualizada ou terceirizada ao mercado, possibilitando acontecer um esvaziamento dos movimentos sociais e questões que podem ser transformadoras, as quais se tornam mercadorias, ou um vetor que viabiliza o aumento da exploração do indivíduo pelo capital, assim (Ferraz, 2022, p. 259) alerta “para o perigo de apoiar a luta contra as opressões sobre a atraente política capitalista de inclusão, sob a ameaça de cairmos na armadilha da identidade — uma vez que não seriam os indivíduos que pautariam a agenda de luta, mas o capital e sua sanha pela reprodução ampliada”, onde coube o entendimento que o empreendedorismo é disseminado como uma dessas políticas capitalistas que se definem como inclusiva com discurso da independência financeira do indivíduo e seu sucesso empresarial.

Segundo (Costa, 2009, p. 181), “Não seria exagerado dizer, nesses termos, que o culto ao empreendedorismo vem sendo apresentado como a panaceia para os males do país e do mundo (...) Além de fazer do empreendedorismo uma visão de mundo, uma maneira de ser.”

Pelo exposto, certifica-se uma carência quanto ao crescimento econômico brasileiro com fragilidade na rede de proteção social e altos índices de desemprego e desigualdades sociais, por

isso o elevado número de empreendedores por necessidade e segundo (Gomes et al, 2013, p 18) “... A atividade empreendedora tem efeito positivo em economias desenvolvidas e negativo em países pobres”.

No Brasil, o governo através de leis e incentivos busca aumentar o número de empreendedores por oportunidade, os quais podem ser determinantes para empresas inovadoras com possibilidades de gerar novos postos de trabalho e assim reduzir as taxas de desemprego, bem como influenciar positivamente no crescimento econômico.

Dentre essas leis governamentais, o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e a lei complementar nº 123/2006), a qual segundo o governo brasileiro , é considerada uma das principais iniciativas para desenvolver o empreendedorismo no país, trata-se de uma política pública orientada para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, com proposta de melhorar ações governamentais, gerar projetos e programas dirigidos para o aumento da capacidade produtiva, redução das taxas de desemprego, e desenvolvimento econômico.

Ainda dentro da perspectiva de incentivo ao empreendedorismo, cabe mencionar que o governo brasileiro com intuito de incentivar a inovação no cenário nacional e fomentar o desenvolvimento tecnológico no território, instituiu o marco legal das startups - empresa com ideias inovadoras que provocam impacto na sociedade com propensos negócios em escala - através da Lei Complementar nº182 de 01 de junho de 2021, a qual estabelece os princípios e as diretrizes para a atuação da administração pública no âmbito dos três entes federativos (União, Estados e Municípios), a legislação visa apresentar ações de fomento ao ambiente de negócios e ampliar a oferta de capital para investimento na modalidade do chamado empreendedorismo inovador, iniciativas que de acordo com o governo brasileiro possivelmente servirá de vetor para o desenvolvimento econômico, social e ambiental no país.

Recentemente o Brasil instituiu também a Lei 14.816 de 16 de janeiro de 2024, onde alterou a Lei de nº 14.600 de 19 de junho de 2023, para a criação do Ministério do Empreendedorismo, da

Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, visando coordenar, articular e propor políticas, programas e ações de incentivo ao empreendedorismo brasileiro.

Além das principais legislações citadas no contexto do empreendedorismo brasileiro, vale ressaltar também alguns incentivos que existem no território nacional para tentar expandir as atividades empreendedoras como o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), lançado em maio de 2020 tendo como foco apoiar pequenos negócios afetados pela pandemia, permitindo o acesso a linhas de crédito com condições especiais para negócios impactados no cenário pandêmico, Programa de Estímulo ao Crédito (PEC) instituído em julho de 2021 com o propósito de recuperar, estabilizar ou incrementar o desenvolvimento econômico dos pequenos negócios pós-pandemia da Covid-19, além das atividades do Sebrae, incentivos do BNDES, dentre outros.

Segundo Sebrae (2024) “em 2020, cerca de 49,6% das atividades empreendedoras no Brasil surgiram por necessidade, refletindo o cenário de crise. Contudo, a recuperação já é visível, com 61,4% dos novos empreendimentos em 2023 sendo fruto de oportunidades de mercado.”

As empresas que têm maior impacto no Brasil são as empresas baseadas no empreendedorismo de oportunidade, uma vez que possuem melhor preparação para o desenvolvimento de seus negócios e investem em inovações e novas tecnologia (Guimarães et al, 2022, p. 98).

Sendo assim, as últimas políticas de incentivo ao empreendedorismo no Brasil provavelmente estão condizentes com políticas que fomentam com maior intensidade o empreendedorismo por oportunidade, com melhores linhas de crédito e investimento em Instituições Públicas de Pesquisa para o desenvolvimento científico e tecnológico, a exemplo dos modelos de incubadoras utilizados nas grandes economias visando o crescimento econômico e social com a criação de empresas de alto impacto mercadológico, as quais geram empregos com garantias trabalhistas para seus trabalhadores e conseqüentemente geram impacto positivo no crescimento econômico, o que pode ter refletido na redução da taxa de desemprego do Brasil determinada em 7,9 % no primeiro trimestre de 2024 identificada como o menor índice para o trimestre em 10 anos.

A taxa de desemprego do país no primeiro trimestre de 2024 foi de 7,9%, uma queda de 0,9 ponto percentual na comparação com o mesmo trimestre de 2023 (8,8%), segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) divulgada nesta sexta-feira (17/5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa é a mais baixa do primeiro trimestre em 10 anos. Até então, o menor índice tinha sido registrado no primeiro trimestre de 2014, com 7,2%. (Brasil, agência gov, 2024)

Entretanto, segundo a newsletters da carta capital (2024), “O cenário para os empreendedores brasileiros em 2023 foi desafiador. Segundo um relatório do Governo Federal, 2.153.840 empresas encerraram suas atividades ao longo do ano, representando um aumento de 25,7% em relação ao ano anterior”, o que também pode demonstrar que as políticas públicas de proteção social e de incentivo ao empreendedorismo por oportunidade devem ser melhoradas e ou incrementadas, para evitar uma propagação ainda maior de empreendedores por necessidades que aumentam o número de trabalhadores informais sem direitos trabalhistas com baixa proteção social.

## **7. CAPÍTULO II**

### **Impactos do empreendedorismo na empregabilidade e na renda da sociedade brasileira**

O surgimento do empreendedorismo no cenário mundial aparece como uma grande solução para o contexto econômico das nações, através de conceitos, propagandas e incentivos para que trabalhadores se transformem em empresários de sucesso, segundo (Silva, 2020, p. 6), “Na sociabilidade da sociedade empreendedora, a ação intencionada é direcionada para a coleção de repertórios úteis ao desenvolvimento do sistema capitalista.”

Desta forma, nem sempre o sucesso se torna real e a constituição de uma empresa se transforma em uma série de problemas originários de investimentos em negócios oriundos do empreendedorismo por necessidade (sem planejamento e sem a identificação de um nicho de mercado ou uma concreta oportunidade de negócio), assim existe uma grande possibilidade de a empresa decretar falência, principalmente no universo dos MEI, micros e pequenas empresas, de acordo com Sebrae (2023).

(...) A noção de empreendedorismo está vinculada à formalização do empreendimento nos padrões burocráticos mínimos aceitos pelo capitalismo internacional. Estabelece-se um filtro que aumenta a sensação de fracasso que afeta boa parte dos trabalhadores que não alcança o sucesso propagado pela mídia empreendedora (Silva, 2020, p. 9).

Por isso, Moraes (2017) afirma que países com o PIB per capita baixo, pouca desenvoltura empresarial e com baixas ofertas de emprego gera taxas elevadas de empreendedorismo por necessidade, quando geralmente é uma forma de empreender concebida por desempregados que investem suas indenizações trabalhistas no sonho de virar empresário e ter a tão desejada independência financeira, mas sem conhecimento gerencial, planejamento financeiro e estudos de viabilidade, a oportunidade nem sempre é identificada e o sonho vira pesadelo.

Sendo assim, o direito ao emprego vem perdendo espaço para as políticas de empregabilidade e empreendedorismo e quando as políticas públicas de emprego no Estado capitalista são postas em debate, utilizam-se de conceitos empreendedores visando substituí-las por políticas de auto responsabilização pelo desemprego e pelo constrangimento da luta sindical.

A empregabilidade [...] retira do Estado o dever de promotor das políticas de emprego e mesmo suas atribuições de regulador, ordenador ou mesmo amenizador dos conflitos da ordem capitalista mediante o combate as mazelas expressas na chamada “questão social”. Desloca-se, assim, pouco a pouco, o combate político ao desemprego para uma série de justificações e ações por parte de cada trabalhador individualmente (Martins, 2014, p. 231)

Após os anos 90, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, através de seus relatórios orientaram determinadas políticas de trabalho, emprego e geração de renda no Brasil e os relatórios recomendavam como uma das alternativas para as economias, o investimento na Educação e na qualificação dos trabalhadores como um dos pilares para o desenvolvimento do trabalhador com o discurso que seria um dos percursos necessários para que o indivíduo aumentasse sua confiança sendo criativo e inovador, o que aumentaria as chances das pessoas para melhorar o padrão de vida (Valentim, 2018).

Assim entendeu-se que o cenário acima se configurava como uma rogativa ao empreendedorismo como uma opção ao combate ao desemprego e caracterizava o empreendedor como uma pessoa resiliente que incessantemente não abdica de procurar as oportunidades até encontrá-las.

Com relação às políticas de geração de renda relacionadas ao empreendedorismo, Valentim (2018) afirma que o Programa Empreender Mais Simples, criado em janeiro de 2017, através do Sebrae e do Banco do Brasil visava redução dos trâmites burocráticos bem como orientar os microempreendedores na obtenção de linha de crédito.

Esta iniciativa foi apontada como instrumento de melhoria do Programa Microempreendedor Individual e do Simples Nacional, contudo o fomento do Empreendedorismo como estratégia governamental de geração de trabalho e renda no Brasil, vai ao encontro do discurso que prega supostamente a necessidade de inovar as relações trabalhistas, mas fragiliza os direitos dos trabalhadores e enfraquece os movimentos sindicais. (Valentim, 2018).

Sendo assim, no Brasil, os governos fomentam a propagação do empreendedorismo como instrumento para mitigar as desigualdades sociais, através da disseminação de uma cultura empreendedora, criando políticas públicas, bem como ofertas de capacitação através do SEBRAE (Junior e Nogueira, 2021).

Entretanto atualmente existe um debate que se consolida e entende que “O sentido é de responsabilização individual pela empregabilidade, em que a persistência do empreendedor e sua coragem de tomar para si a responsabilidade de crescer na vida, sem culpar (...) a falta de apoio do Estado” (Valentim, 2018, p. 264).

Portando o Estado se ausenta da obrigação de promotor das políticas de emprego e sua responsabilidade de regulador, organizador ou até aliviador de conflitos da ordem capitalista através do combate as aflições expressas na chamada ‘questão social’ e encaminha, assim, periodicamente, o combate ao desemprego para uma série de esclarecimentos e ações repassadas para os trabalhadores individualmente (Martins, Gabriel et al, 2014).

Cabe ressaltar, conforme explanado anteriormente que o empreendedorismo por necessidade gera pouco impacto no crescimento econômico de uma nação pela falta de soluções inovadoras e ausência de tecnologia, assim possivelmente pode causar atraso no desenvolvimento econômico-social de um país, quando as atividades informais se sobressaem, o que resulta são pessoas que procuram alternativas para suprir o desemprego, enxergando o empreendedorismo como uma forma de geração de renda e sobrevivência (Nassif et al, 2009).

### **O discurso empreendedor no Brasil e as reforma trabalhista de 2017**

Em um cenário de elevadas taxas de desemprego e redução de direitos trabalhistas, configurados a partir dos anos de 1990 no contexto brasileiro, prevalece o surgimento de uma agenda neoliberal que tem como um dos focos a disseminação do empreendedorismo como um movimento necessário para incremento da economia e como uma possível forma de legitimação social (Lima, 2017).

Diante disto, o contexto daquele momento indicou uma propensão para precarizar postos de trabalhos intensificados pela reforma trabalhista instituída pela Lei 13.467/17, sancionada em julho de 2017, com pretexto de aumentar posto de trabalho no cenário nacional e a formalização de vínculos trabalhistas.

Na verdade, medidas como a Reforma Trabalhista operam uma inversão: ao invés de primarem por uma clara delimitação da condição do trabalho assalariado associada ao estabelecimento de garantias fundamentais no sentido da proteção social, objetivam o contrário, promovendo a descaracterização de ambos, do vínculo de emprego e dos direitos a ele associados. A sombra do ideário do empreendedorismo percorre todo o texto da nova lei, mas se expressa de modo mais pronunciado em alguns de seus dispositivos. (Lima, 2017, 923).

Assim, segundo Krein et al (2019, p 15), os meios para obtenção dos resultados com a reforma, foram: "cortar custos provenientes da relação com os trabalhadores: custos relacionados à contratação, à remuneração, aos intervalos e deslocamentos, à saúde e segurança, à manutenção da força de trabalho, à dispensa e às consequências jurídicas do descumprimento da legislação."

Não são leis sobre criação de empresas ou sobre "empreendedorismo", mas de contratação e gestão de trabalhadores (mesmo que suspostamente autônomos e alcançados pela retórica dos "empreendedores"). Portanto, é uma política pública que visa, fundamentalmente, a demanda no mercado de trabalho, o comportamento empresarial. Krein et al (2019, p 18)

Desta forma, a reforma trabalhista impactou na desconstrução de direitos trabalhistas, ocasionando aumento do desemprego. Nesse contexto, o empreendedorismo surge como alternativa em detrimento da proteção social atrelada ao assalariamento.

## **8. Capítulo III**

### **Empreendedorismo no Brasil em tempos de Pandemia por Covid 19**

A pandemia por COVID 19 afetou as condições de saúde dos indivíduos e impactou no cenário econômico de toda sociedade brasileira com aumento inflacionário, elevadas taxas de juros, fechamento de empresas e aumento da taxa de desemprego em consequência da crise sanitária que alarmou a crise econômica nacional.

Nos primeiros meses do ano de 2020, quando a população brasileira tenta se recuperar da grave crise sanitária-econômica, o número de empresas abertas cresce, em um momento que exige um grande esforço das pessoas que perderam o emprego e precisam de alguma fonte de renda para sobreviver, ou seja, sem oferta de emprego o indivíduo procura o empreendedorismo por necessidade para sustento próprio e de seus familiares.

Nos primeiros quatro meses de 2020, o número de empresas abertas foi maior que o número de empresas que fecharam as portas. (...) Nesse aspecto, é possível perceber que, no Brasil, há uma grande necessidade de se empreender para superar as dificuldades apresentadas no período da pandemia, visto que muitas pessoas perderam seus empregos e necessitam de uma fonte renda para sobreviver (Guimarães et al, 2022, p 98).

Desta forma, pode -se observar que os reflexos da pandemia por Covid 19 impactaram no aumento de desemprego e o Brasil para tentar mitigar esses efeitos procurou investir em políticas públicas, a exemplo da Medida Provisória nº 936 publicada em 1 de abril de 2020, tentando através da referida legislação que o setor privado evitasse demissões em massa, com isso esta Lei permitia redução da carga horária no trabalho sendo proporcional ao salário, o que agravou a condição de precariedade do trabalhador brasileiro em função da redução da renda em um momento em que a inflação aumentava e conseqüentemente havia redução do poder de compra dos trabalhadores sujeitos a tal medida.

As situações trabalhistas tornaram-se um tanto quanto precárias, pois não só o empreendedor sofreu com as mudanças, mas também o trabalhador que sofreu com as consequências da redução e do isolamento social. Nesse contexto, ações empreendedoras surgiram como soluções e ideias criativas para preencher a lacuna causada pelo desemprego, garantindo o mínimo de dignidade e condições financeiras à população. A crise gerada pela pandemia levou as pessoas a empreenderem por necessidade e o Brasil foi o país onde a pandemia teve o maior papel em impulsionar o empreendedorismo. (Batista et al, 2024, p. 79)

Segundo La Rovere (2021, p.102) “A motivação por oportunidade está ligada as aspirações como independência financeira e aumento da renda; já a motivação por necessidade está relacionada ao empreendedorismo como um mecanismo de enfrentamento do desemprego.”

Sendo assim, pode constatar que durante a crise sanitária muitas empresas fecharam as portas, outras reduziram o efetivo de trabalhadores e outras tantas se inseriram no programa que permitiu a redução da carga horária e salários dos trabalhadores, diante disto se agrava a crise social e econômica brasileira pós pandemia e o Estado Brasileiro tenta através de medidas induzir o empreendedorismo como uma das soluções para mitigar as crise, através do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), instituído em maio de 2020, o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC) criado em julho de 2021, todos com propósito de recuperar e estabilizar negócios pós-pandemia da Covid-19.

## **9. Considerações finais**

Diante dos resultados encontrados neste estudo teórico foi possível chegar à algumas considerações relevantes, como a grande possibilidade do empreendedorismo influenciar não só contexto econômico e social brasileiro, mas mundialmente, ressaltando que países com economias mais robustas e com programas fortes de proteção social para o trabalhador apresentem maiores índices de empreendedorismo por oportunidade, o que reflete no crescimento do número de empresas com possibilidades de gerar empregos, respeitando os direitos trabalhistas dos indivíduos e melhorando o contexto social e o desenvolvimento econômico da nação.

Geralmente em países em desenvolvimento, o neoliberalismo se apresenta dominante de forma imperceptível pelos trabalhadores que buscam no empreendedorismo por necessidade uma

possibilidade de sustento diante da influência capitalista que penetra por toda sociedade impondo sua ideologia.

No Brasil, devido as altas taxas de desemprego o empreendedorismo por necessidade aparece como alternativa para o desempregado sobreviver e sustentar a família, este tipo de empreendedorismo só impera em economias frágeis que não possuem redes de proteção social que atendam plenamente ao trabalhador, com programas de inserção ao mercado de trabalho, seguro desemprego, previdência social fortalecida, e outros benefícios que evitem que esses indivíduos sejam contaminados pelo discurso neoliberal do empreendedorismo como a tábua de salvação.

Percebe-se pelos textos estudados que quando o desempregado é contaminado pelo “canto da sereia” do empreendedorismo e acaba se inserindo nesse contexto pela necessidade de sobrevivência surgem no Brasil uma quantidade expressiva de Microempreendedores Individuais, que segundo o discurso empreendedor os identificam como empresários, mas na realidade são trabalhadores que atuam por conta própria e muitas vezes com auxílio de mão de obra informal.

Considera-se então que o empreendedorismo por necessidade se estabelece em detrimento dos direitos trabalhistas dos indivíduos que estão desempregados e fomenta o trabalho informal agravando crises sociais e por não ser um indutor quanto ao surgimento do empreendedor de alto impacto, oriundo do empreendedorismo por oportunidade, pode não refletir no crescimento econômico de um país.

O estudo permitiu também considerar que algumas medidas governamentais impulsionaram o empreendedorismo por necessidade como a lei 13.467/17, referente à reforma trabalhista que instituiu o trabalho intermitente e impactou na desconstrução de direitos, ocasionando aumento do desemprego, e conseqüentemente influenciando o indivíduo desempregado a procurar alternativas de sobreviver e assim empreender por necessidade em pequenos negócios.

Nos textos selecionados e analisados foi possível encontrar informações relevantes da relação do empreendedorismo com o período de pandemia por Covid 19, a exemplo da Medida Provisória nº 936 publicada em 1 de abril de 2020, que legitimava o empresário a reduzir a carga horária do

trabalhador com redução salarial, reduzindo o poder de compra diante de alto índice de inflação, a medida foi para tentar conter o aumento de desemprego, mas possivelmente refletiu de forma indireta no consumo das famílias e com isso muitas procuraram empreender por necessidade para completar renda, mais uma vez o empreendedorismo por necessidade surge em detrimento de direitos trabalhistas.

Não obstante o governo brasileiro tem tentado incentivar o empreendedorismo por oportunidade com intuito de melhorar as condições de vida da população e induzir o desenvolvimento econômico do país, principalmente após a pandemia, quando cria o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), lançado em maio de 2020, visando dar apoio a pequenos negócios impactados pela pandemia, facilitando o acesso a linhas de crédito, bem como o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC) instituído em julho de 2021 com o propósito de recuperar, estabilizar ou incrementar o desenvolvimento econômico dos pequenos negócios pós-pandemia da Covid-19 e mais recente a criação do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com funções de coordenar, articular e propor políticas, programas e ações de incentivo ao empreendedorismo brasileiro através da Lei 14.816 de 16 de janeiro de 2024, onde alterou a Lei de nº 14.600 de 19 de junho de 2023.

## 10. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Sociedade e Estado*, v. 34, n. 1, p. 211-239, 2019.

AMORIM, H.; GROHMANN, R. O futuro do trabalho: entre novidades e permanências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

AMORIM, Henrique; MODA, Felipe; MEVIS, Camila. Empreendedorismo: uma forma de americanismo contemporâneo? *Caderno CRH*, v. 34, p. 1-16, 2021.

BATISTA, Cristiane Henrique; DA SILVA COSTA, Simone Teles; DE AMORIM, Dênia Aparecida. O CRESCIMENTO DO EMPREENDEDORISMO MOTIVADO PELA PANDEMIA COVID-19. *Revista GeTeC*, v. 14, 2024.

BRASIL, agência Gov. Taxa de desemprego fica em 7,9%, menor índice em 10 anos, Brasil. 17 de maio de 2024. Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202405/taxa-de-desemprego-fica-em-7-9-menor-indice-em-10-anos#:~:text=A%20taxa%20de%20desemprego%20do,Instituto%20Brasileiro%20de%20Geografia%20e>>. Acessado em 11.11.2024

CARMO, Luana Jéssica Oliveira; ASSIS, Lilian Bambirra de; GOMES JÚNIOR; Admardo Bonifácio; Teixeira, Marcella Barbosa Miranda. O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. *Cadernos Ebape*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 18-31, jan.-fev., 2021.

CARTA CAPITAL. Fechamento de empresas no Brasil cresce 25,7% em um ano, Brasil. 24 de junho de 2024. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/do-micro-ao-macro/fechamento-de-empresas-no-brasil-cresce-257-em-um-ano/>> . acessado em 12.11.2024

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. *Educação e realidade*, v. 34, n. 02, p. 171-186, 2009.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE MELLO, Cristiane Marques et al. Do Que Estamos Falando Quando Falamos Empreendedorismo no Brasil?. *Revista de Administração da UNIMEP*, v. 8, n. 3, p. 80-98, 2010. FINGUERMANN, Sofia et al. “VAE, DÁ PRA FAZER!”: Empreendedorismo e Discurso Neoliberal. *Revista Comunicando*, v. 12, n. 1, p. e023008-e023008, 2023.

FERRAZ, Janaynna de Moura. Armadilha da identidade e crítica ao empreendedorismo social: a exploração da opressão. *Revista Katálysis*, v. 25, n. 2, p. 252-261, 2022.

GOMES, Marcus Vinícius Peinado; ALVES, Mário Aquino; FERNANDES, Rene José Rodrigues. Políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e às micro e pequenas empresas. 2013.

GUIMARÃES, Cristiane Pereira et al. O empreendedorismo no contexto da covid-19: necessidade, oportunidade e solidariedade. *Pensar acadêmico*, v. 20, n. 1, p. 93-105, 2022.

JUNIOR, Vilmar Pina Dias; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. A FALÁCIA DO EMPREENDEDORISMO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE EMPREGO E RENDA. *Revista da Jornada de Pós-Graduação e Pesquisa-Congrega Urcamp*, v. 17, p. 187-204, 2021.

KREIN, José Dari; DE OLIVEIRA, Roberto Vêras; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (Ed.). *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2019.

LA ROVERE, Renata Lèbre et al. Políticas evolucionárias de apoio ao empreendedorismo. *Revista de Empreendedorismo e Inovação Sustentáveis*, v. 6, n. 1, p. 100-121, 2021.

LIMA, Jacob Carlos; OLIVEIRA, R. V. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. *Contemporânea*, v. 11, n. 3, p. 905-932, 2021.

MARTINS, Gabriel. Nem empregabilidade, nem Empreendedorismo: crítica às soluções contemporâneas ao desemprego. *O Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”*. Carlos Montañó (Org.). São Paulo: Cortez, p. 228-267, 2014.

MONITOR, Global Entrepreneurship. *empreendedorismo no Brasil. Relatório Executivo*, 2012.

MONITOR, Global Entrepreneurship et al. *Empreendedorismo no Brasil: 2016*. Curitiba: Ibqq, p. 1-208, 2017.

MORAES, Ivandro Rosa de. Pesquisa GEM. Oportunidade ou necessidade? SEBRAE, Brasil. 20 de novembro de 2017. Disponível em: < <https://sebraers.com.br/momento-da-empresa/oportunidade-ou-necessidade/>. Acesso em 28 de outubro de 2024.

NAKAGAWA, Marcus. O que é empreendedorismo de impacto social. *Nota Alta, ESPM, Brasil*, 08 de fevereiro de 2021. Disponível em < [NASSIF, Vânia Maria Jorge; GHOBRIEL, Alexandre Nabil; DO AMARAL, Derly Jardim. \*Empreendedorismo por necessidade: o desemprego como impulsionador da criação de novos negócios no Brasil\*. \*Pensamento & Realidade\*, v. 24, n. 1, 2009.](https://notaalta.espm.br/fala-professor/o-que-e-empreendedorismo-de-impacto-social/?utm_campaign=PMAX-INSTITUCIONAL-POS-GRADUACAO-RJ-2024_1&utm_source=adwords&utm_term=&utm_medium=ppc&hsa_ad=&hsa_grp=&hsa_kw=&hsa_ver=3&hsa_net=adwords&hsa_acc=8390136294&hsa_src=x&hsa_cam=20939008064&hsa_mt=&hsa_tgt=&gad_source=2&gclid=CjwKCAjw9p24BhB_EiwA8ID5Btzg-LAsKIyLYRDSXtmLuX9rrGHS7FKrvwdMLO3xee_02fXS4f_0YBoC0tAQAvD_BwE>.</a><br/>Acesso em 07 de outubro de 2024</p></div><div data-bbox=)

OLIVEIRA, Eveline Nogueira Pinheiro de; MOITA, Dimitre Sampaio; AQUINO, Cassio Adriano Braz de. *O empreendedor na era do trabalho precário: relações entre empreendedorismo e precarização laboral*. 2016.

PENTEADO, Claudio Luis; CRUZ JUNIOR, Brauner Geraldo. A germinação do empreendedor do Brasil contemporâneo: o neoliberalismo visto sob o contexto nacional recente. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 25, n. 49, p. 343-366, jul.-dez., 2020.

SILVA, José Alan Barbosa da; SILVA; Murilo Sergio Vieira. Análise da evolução do empreendedorismo no Brasil no período de 2002 a 2016. Revista Estudos e Pesquisas em Administração, v. 3, n. 2, mai.-ago., p. 115-137, 2019.

SILVA, Élido Santiago da; SILVA, Gilmar Pereira da. Desdobramentos da Teoria do Capital Humano: a assimilação do discurso empreendedor e empregabilidade. Revista Educação em questão, v. 58, n. 56, 2020.

SILVA MOREIRA FERREIRA, Aleciane da; LOIOLA, Elisabeth; GUEDES GONDIM, Sonia Maria. Produção Científica em Empreendedorismo no Brasil: Uma Revisão de Literatura de 2004 A 2020. Gestão & Planejamento-G&P, v. 21, 2020.

SOUZA, Ivan de. **Conheça a história do empreendedorismo e como ele revolucionou o mundo dos negócios.** Publicado em: 09 jan. 2020. Disponível em: <<https://rockcontent.com/br/blog/história-do-empreendedorismo>>. Acesso em: 21 set. 2023.

VALENTIM, Erika Cordeiro do Rego Barros; PERUZZO, Juliane Feix. O empreendedorismo nas políticas públicas de trabalho e geração de renda. Argumentum, v. 10, n. 1, p. 261-275, 2018.

SEBRAE. Estudo do Sebrae mostra o perfil dos empreendedores do Brasil. 12 de abril de 2024. disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/conteudos/posts/estudo-do-sebrae-mostra-o-perfil-dos-empreendedores-do-brasil,f44fbc8f99777810VgnVCM1000001b00320aRCRD>>. Acessado em 16.09.2024.

SEBRAE. A taxa de sobrevivência das empresas no Brasil. 29 de março de 2023. Disponível em: <<https://exame.com/tecnologia/examelab/referencias-bibliograficas-no-padrao-abnt-saiba-como-fazer/>>. Acesso em 07.10.2024

SEBRAE. Estudo revela crescimento do empreendedorismo no Brasil como instrumento de inclusão social. Brasil. 12 de setembro de 2024.

Disponível em: <<https://agenciasebrae.com.br/dados/estudo-revela-crescimento-do-empreendedorismo-no-brasil-como-instrumento-de-inclusao-social/#:~:text=Em%202020%2C%20cerca%20de%2049,fruto%20de%20oportunidades%20de%20mercado>>. Acessado em 12 de novembro de 2024.

SEBRAE. Mortalidade empresarial: o que fazer para prevenir. 06 de abril de 2024. Disponível em: <<https://digital.sebraers.com.br/blog/mercado/mortalidade-empresarial-o-que-fazer-para>>

[prevenir/#:~:text=No%20Brasil%2C%20cerca%20de%2040,a%20maior%20taxa%20de%20mortalidade.>](#) acessado em 01 de novembro de 2024.